



VENEZUELA

Liderados por María Corina Machado, manifestantes pressionam Nicolás Maduro a reconhecer a derrota, enquanto em menor número simpatizantes dele também protestaram. Houve atos de venezuelanos na Espanha e Argentina

Oposição vai às ruas em Caracas

À frente com María Corina Machado, principal líder da oposição, manifestantes saíram às ruas ontem em Caracas em protesto contra o governo do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro. Os opositores convocaram um "protesto mundial" em 350 cidades em vários países onde há comunidades de venezuelanos. O objetivo é fazer Maduro reconhecer a derrota nas eleições presidenciais de 28 de julho, embora o Conselho Nacional Eleitoral tenha declarado que ele é o vitorioso.

Paralelamente, simpatizantes de Maduro marcaram manifestação para o mesmo momento em que a oposição protestava em Caracas. Em número menor, caravanas com apoiadores do atual governo partiram de locais diferentes da capital para a concentração no centro da cidade. Não há informações sobre confrontos entre os dois grupos adversários. Agentes da Guarda Nacional e da força militar com funções de ordem pública, além de policiais em motos se colocaram em posições estratégicas.

María Corina chamou o sábado de "dia histórico". "Temos que nos manter firmes e unidos", disse ela na rede social X antes da concentração. "Tentam nos assustar, nos dividir, nos paralisar, nos desmoralizar, mas não conseguem porque estão absolutamente entrincheirados em sua mentira, em sua violência, em sua falta de legitimidade."

A opositora demonstrou que mais manifestações virão. "Não vamos deixar as ruas", avisou María Corina, que saiu da

clandestinidade para liderar o protesto na capital. "Com inteligência, prudência, resiliência, audácia e pacificamente porque a violência convém a eles (governo). O protesto pacífico é nosso direito."

Edmundo González Urrutia, o candidato de oposição, não participou do ato e está sem aparecer em público desde 30 de julho. "(Os protestos) são uma força que fará respeitar a decisão de mudança e paz pela qual milhões de nós votamos", expressou nas redes sociais. "Temos os votos, as atas, o apoio da comunidade internacional e dos venezuelanos decididos a lutar pelo nosso país."

Com bandeiras, cartazes e faixas, além das cópias impressas dos boletins eleitorais dos centros de votação, os opositores gritavam palavras de ordem e reivindicavam a vitória. As atas são folhas semelhantes a um recibo de supermercado que a máquina de votação imprime com o resultado exato de cada aparelho, são o argumento central da oposição liderada por María Corina para provar que o resultado da eleição foi fraudado.

Medo

María Corina disse temer por sua vida. De cima de um caminhão, ela comandou o protesto. "Se ficarmos em silêncio, isso não terá sentido", disse à AFP Adriana Calzadilla, uma professora de 55 anos, no início da manifestação em Caracas. "Este é um governo criminoso que quer se perpetuar no poder. (...) Sinto o cheiro da

liberdade, não tenho nada a temer", acrescentou ela.

"Estou defendendo o que todos sabemos, o que todo mundo sabe: Edmundo González é o presidente eleito por todos nós", expressou a administradora Yelitza García, de 41 anos. Venezuelanos também fizeram protestos em Madri, na Espanha, em frente ao cartão-postal da Puerta del Sol e, em Buenos Aires, no bairro da Recoleta. "Temos fé de que vamos sair da ditadura", disse Andreina Escalante.

Líderes internacionais

Os governos dos Estados Unidos, de países que integram a União Europeia e a Argentina, entre outros, rejeitaram, numa declaração conjunta, a representação dos manifestantes e apelaram à publicação imediata de todas as atas originais e à verificação imparcial e independente dos resultados.

Inicialmente, os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Colômbia, Gustavo Petro, propuseram uma solução na qual Nicolás Maduro convocasse novas eleições ou formasse um governo de coalizão. Porém, María Corina rechaçou a sugestão. Lula exige agora a apresentação das atas como forma de legitimar os resultados das urnas. O Conselho Nacional Eleitoral (CNE) não publicou a contagem detalhada mesa por mesa, pois alega que o sistema de votação sofreu um "ataque ciberterrorista". Os Estados Unidos e a União Europeia desconhecem o resultado da votação.

AFP



Admitindo ter medo, María Corina Machado comandou o ato: "Temos de nos manter firmes e unidos"

Lula endurece o tom

» VÍCTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva endureceu o tom contra o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro. Demonstrando impaciência com a demora da divulgação das atas das eleições de 28 de julho, ele cobrou explicações do venezuelano. No entanto, os movimentos do governo brasileiro são cautelosos, sem ações mais ostensivas. Anteriormente, defendeu novas eleições, o que foi duramente rebatido pela oposição liderada por María Corina Machado.

Porém, pela primeira vez, há três dias, Lula criticou Maduro. O presidente e o assessor especial para Assuntos Internacionais, Celso Amorim, fizeram uma espécie de "dobradinha" para indicar a "nova posição do Brasil". Em audiência pública no Senado, Amorim foi direto: "O Brasil não reconhecerá um presidente que não esteja fundado nas atas". No mesmo dia, Lula fez críticas a Maduro em entrevista à Rádio T, em Curitiba, no Paraná.

"Se ele (Maduro) tivesse bom senso, poderia tentar fazer uma conchamação ao povo da Venezuela. Quem sabe até invocar novas eleições", disse Lula. Questionado, ele também negou reconhecer a vitória do venezuelano. "Ele sabe que ele está devendo uma explicação para a sociedade brasileira e para o mundo".

STRINGER/AFP



Manifestantes pró-Maduro e de oposição disputam espaço

Em entrevista à Rádio Gaúcha, do Rio Grande do Sul, o presidente reclamou que Maduro tentou impedir a participação de Amorim como observador internacional e de outros estrangeiros durante as eleições. Mas ele negou que haja uma ditadura no país vizinho, citou o "viés autoritário" existente. "Eu acho que a Venezuela vive um regime muito desagradável. Não acho que é ditadura. É diferente de uma ditadura. É um governo com viés

autoritário, mas não é uma ditadura, como a gente conhece tantas ditaduras nesse mundo."

Os diplomatas brasileiros seguem a orientação do chanceler Mauro Vieira e do assessor especial Celso Amorim: o Brasil somente reconhecerá o resultado das eleições, se forem apresentadas as atas. Paralelamente, Maduro deve buscar diálogo com seu principal opositor Edmundo González. O esforço do governo brasileiro é para evitar nova convulsão social.

PO NEWS

Boletim informativo das Organizações Paulo Octavio

EDIÇÃO Nº 962 | ANO 49

18 DE AGOSTO DE 2024 | BRASÍLIA/DF



BALI BYD

É INAUGURADA COM A PRESENÇA DO VICE-PRESIDENTE DA MONTADORA

A Bali BYD abriu as portas no SAAN com a presença de mais de 600 pessoas, entre elas o empresário Paulo Octávio, o vice-presidente sênior da BYD no Brasil, Alexandre Baldy, o senador Izalci Lucas (PL-DF) e o deputado distrital Jorge Vianna (PSD). "Em nossa inauguração, vendemos 65 veículos. Estamos muito otimistas e felizes. Não temos dúvida de que a BYD já é uma marca consolidada e querida pelos brasileiros", destacou Ricardo Braga, diretor comercial da rede Bali.

Na ocasião, Paulo Octávio defendeu uma fábrica da montadora em Brasília. "Farei um pedido aqui: que a segunda unidade da BYD seja aqui em Brasília, no Polo JK, ou em qualquer lugar do Planalto Central", disse. Alexandre Baldy destacou que o processo produtivo dos veículos elétricos converge para a realidade de Brasília. "A BYD é uma empresa de tecnologia, com o comprometimento de não emitir carbono ou poluentes. E o país da Amazônia tem de ter na sua capital esse compromisso em proteger o meio ambiente", lembrou Baldy.

Ainda na inauguração, o senador Izalci Lucas elogiou o investimento feito pelo empresário Paulo Octávio. "Precisamos ampliar nossa matriz econômica. Paulo é uma referência para a área empresarial. Fico feliz em ter essa grande empresa aqui", destacou. Ele prometeu ainda lutar pela desoneração dos carros elétricos. Já o deputado distrital Jorge Vianna revelou que irá propor um projeto para garantir a recarga em espaços públicos. "Não se pode fazer política de comércio sem uma política de Estado voltada para seu suporte", disse.